

A close-up portrait of a man with short, dark hair, wearing glasses and a dark suit jacket over a light-colored shirt and a patterned tie. He is smiling slightly. The entire image has a blue color overlay.

GOVERNADOR
EDUARDO

VICE IVAN LEITE

COMPROMISSO DO PLANO DE GOVERNO
2019 - 2022

ARACAJU (SE) | AGOSTO DE 2018

Apresentação

Colocar o Estado de Sergipe em um novo tempo com Coragem Pra Mudar, buscando bem-estar social para todas as famílias e comunidades do Estado, como consequência do crescimento econômico e consolidação de uma economia solidária, desenvolvida e sustentável, diminuindo a pobreza e a miséria é de fundamental importância para o nosso trabalho. Governar dando primazia às crianças, jovens e adolescentes, mulheres, idosos, negros, trabalhadores do campo, indígenas, quilombolas, pessoas com deficiências, priorizando os cuidados especiais para que a Saúde, a Educação, a Segurança Pública e a sustentabilidade, se encontrem no ponto confortável de um estado civilizado e humano. Colocaremos as pessoas em primeiro lugar, com intensidade tal que permita uma gestão eficiente, democrática e participativa, de forma promover a vida com dignidade. Esse é o ponto de ouro do nosso projeto.

Estamos convencidos de que só alcançaremos o desenvolvimento econômico socialmente justo, quando concretizada a imprescindível união entre todos nós, os cidadãos, os agentes políticos, religiosos, educadores, sindicatos, representantes de associações de classe, associações de trabalhadores, associações do patronato e pensadores comprometidos com coragem pra mudar na luta por um novo Sergipe.

Sergipe estará nas mãos de um líder vocacionado, experiente, equilibrado e capaz de conduzir o Estado rumo a um futuro melhor. Um homem que, acima de tudo, tem coragem para mudar e humildade para saber que as mudanças necessárias somente virão pela via democrática do diálogo, da negociação e do entendimento com os poderes instituídos no Estado.

Eleger Eduardo Amorim Governador e Ivan Leite como vice-governador, é a garantia de mudança e a oportunidade de entregar aos cidadãos de Sergipe, no novo tempo, um Estado mais próspero e socialmente justo.

- 1 Diagnóstico
- 2 Governança & Gestão
- 3 Ciência, Tecnologia e Inovação
- 4 Previdência Social
- 5 Saúde
- 6 Educação
- 7 Segurança
- 8 Inclusão Social
- 9 Desenvolvimento Econômico e Aceleração do Crescimento
- 10 Agronegócio
- 11 Meio ambiente e Sustentabilidade
- 12 Infraestrutura
- 13 Cultura & Turismo
- 14 Esporte & Lazer
- 15 Relações Internacionais



Durante o período de transição, o novo governo fará um diagnóstico da gestão e das contas públicas do governo anterior, estabelecendo prioridades e prazos para resolução desses problemas existentes.

Queremos um Estado com gestão pública transparente e eficaz. Com servidores capacitados e satisfeitos com a gerência dos recursos e das contas públicas.

Esse novo Estado exige uma gestão governamental eficiente e rígida. Por isso, o grande desafio contido no objetivo de promover o crescimento econômico e sustentável com a geração de empregos e renda consistente em recompor a capacidade estatal de formular políticas públicas, construindo estratégias e exercendo suas novas atividades regulatórias.

Para tanto, tudo que o governo fará nos próximos quatro anos será guiado por três diretrizes essenciais: (1) Reconstrução de um Estado provedor e cuidador do bem coletivo; (2) Indução e estimulação da participação da sociedade na gestão das secretarias de governo, como condição vital para decisões e ajuda para transformar em realidade o que está sendo proposto; (3) Estimular ações pelo Estado, no sentido de promover o desenvolvimento econômico e social e prestação de contas à sociedade de todos os seus atos.

Assim faremos:

Reorganização das Secretarias de Estado para que elas operem de forma eficiente e resolutiva;

- Buscar integração com governos da Região Nordeste, e outros que possam fortalecer as relações com o Governo Federal, visando o crescimento e desenvolvimento do estado de forma sustentável;
- Aprofundar o relacionamento com a sociedade e setor privado de forma a expandir parcerias entre os municípios, estabelecendo consórcios entre as regiões do Estado;
- Promover uma reforma administrativa necessária à otimização da estrutura organizacional do governo do estado;
- Aprimorar o perfil do quadro de servidores, mediante: capacitação orientada para a adaptação às novas tecnologias e formas de gestão e modernização da estrutura de cargos, assegurando a requalificação profissional;
- Implantar mecanismos gerenciais de gestão de pessoal, mediante avaliação de desempenho, incentivos ao desenvolvimento profissional e participação do servidor em projetos de melhoria do trabalho e do atendimento ao público;
- Reduzir custos e modernizar as estruturas dos órgãos e entidades da administração estadual, com a redução de níveis hierárquicos, eliminação de superposições de competências, e transferência aos

municípios da gestão direta de serviços que possam ser mais bem geridos nessa esfera;

- Aperfeiçoar os métodos e instrumentos de gestão voltados para a qualidade, tendo em vista a satisfação da sociedade com os serviços públicos;
- Avançar na assimilação das novas tecnologias da informática, com a utilização de terminais eletrônicos e da Internet no atendimento ao público, interligação dos órgãos em rede de comunicações, integração e compartilhamento de dados dos sistemas já existentes;
- Reduzir os custos e melhorar a qualidade das compras e contratações de serviços, mediante a implantação da central de controle dos gastos públicos que irá acompanhar as licitações e suas listas de preços, bem como seus aditivos, respeitando-se a Lei de Licitações;
- Trabalhar a Transparência e o Controle Social ampliando os canais de participação e interação entre o governo e a sociedade, promovendo o aperfeiçoamento dos instrumentos de comunicação, transparência e transformando a Controladoria em Secretaria de Controle e Transparência;
- Criar a Coordenação de Qualidade do Gasto Público a partir de lei estadual. Essa coordenação deve ficar na estrutura da Secretaria da Fazenda, após criação de decreto para aprovação do Regimento Interno. Essa Coordenadoria terá a competência de executar programas e projetos de desenvolvimento, implantação e disseminação de práticas voltadas para a melhoria da gestão da qualidade do gasto público.

Objetivo

- Investir de forma equilibrada e com resultados de melhor qualidade no gasto público. Vinculando as ações de qualidade do gasto às metas de cumprimento do orçamento, evitando que os gastos ultrapassem o limite orçamentário pré-estabelecido, proporcionando o conhecimento do histórico dos gastos, de modo a balizar eventuais contingenciamentos, otimizando o planejamento da gestão dos gastos.

Metodologia de Monitoramento

Agrupar as despesas de custeio monitoradas avaliando permanentemente os gastos (análise quantitativa e qualitativa) com atuação direta da Coordenação de Qualidade do Gasto “in loco” nas unidades e acompanhamento mensal das despesas e solicitar mensalmente a apresentação, pelas Secretarias, da evolução dos gastos e a apresentação semestral dos resultados alcançados para o Governador do Estado.

03

Agenda

CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Um Estado com a gestão alinhada à ciência, ao desenvolvimento tecnológico e à inovação na sua gestão, conectando com facilidade o cidadão sergipano ao mundo.

Os investimentos em Ciência, Tecnologia e Inovação assumem cada vez mais um papel estratégico para fortalecimento de uma Economia Solidária, Desenvolvida e Sustentável, com vistas à inclusão social, para diminuição da pobreza e eliminação da miséria. A inovação – novos processos, produtos e serviços – é fator determinante da competitividade das empresas, da geração de empregos e renda.

As Diretrizes para Ciência e Tecnologia do nosso governo tem como objeto o estabelecimento de uma Nova Política. O Estado não pode ficar à margem das potencialidades tecnológicas atuais e emergentes, dos pontos de vista da governança eletrônica, do desenvolvimento econômico e do desenvolvimento social.

Já do ponto de vista do desenvolvimento econômico, a C&T busca vocacionar o Estado de Sergipe para o desenvolvimento de processos de bases tecnológicas, principalmente, os que se ancoram na utilização das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC). Há a necessidade de estimular o empresariado local, por meio de incentivos que possibilitem a melhor estruturação das suas empresas viabilizando o estabelecimento de uma demanda local de tecnologias que promovam o surgimento de um mercado de base tecnológica em Sergipe, e que resulte na ampliação de geração de emprego e renda, principalmente, para os mais jovens.

Para estabelecimento dessa política tecnológica vamos:

- Integrar as áreas de C&T com o objetivo de ancorar a política e ações de governo nessa área, concentrando os órgãos gestores, propositores e fomentadores, tendo como principais vetores governança eletrônica (e-Gov), o desenvolvimento econômico e social.
- Criar o programa Governança eletrônica (e-Gov) que tem como objetivo desenvolver e disponibilizar de tecnologias orientadas para a eficiência administrativa e para o acesso do cidadão aos serviços públicos.
- Estabelecer Desenvolvimento Social através de ações de apoio às áreas de governo de trabalho social - O programa visa a inclusão comunitária incentivando às organizações não governamentais, como associações de bairros e instituições afins para o trabalho de inclusão digital nos diversos aspectos, contemplando também a inclusão jovens e adultos. O programa terá como base os projetos de Inclusão para a vida (apoio à SEED), inclusão para o mundo do trabalho (apoio ao NAT). O meio de ação serão os Centros Cidadão Digital.

- Focar na CIÊNCIA com o objetivo de fomentar a pesquisa enquanto agente fortalecedor dos programas orientadores da política de C&T do Estado tendo como bases metodológicas o Estudo de suas vocações econômicas do estado, das necessidades da governança e das necessidades sociais prementes. Para isso serão criados os seguintes meios de ação:
- Ampliar a interação digital entre o governo e o cidadão;
- Viabilizar recursos para a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Sergipe, recuperando sua capacidade de fomento aos estudos e pesquisas aplicadas à superação das desigualdades sociais;
- Identificar fontes de financiamento e disseminar informações para acesso e captar recursos para o desenvolvimento científico e tecnológico do Estado de Sergipe;
- Buscar a excelência dos serviços prestados, por meio do investimento contínuo no desenvolvimento do seu corpo técnico, na melhoria da infraestrutura, da gestão e segurança legal dos seus produtos e processos, em benefício da sociedade;
- Fomentar, democratizar, disseminar a produção científica e tecnológica;
- Promover alinhamento estratégico e articulação de projetos vinculados a tecnologias voltadas ao sistema agrícola para promover e aperfeiçoar a pesquisa destinada a aumentar a produção, a produtividade e a qualidade na agricultura e no agronegócio;
- Fomentar trocas de experiências entre núcleos de inovação tecnológica;
- Promover alinhamento estratégico e articulação entre os núcleos de inovação tecnológica e o setor produtivo, apoiando a criação e o desenvolvimento de empresas de base tecnológica startups;
- Fomentar programas, projetos e instituições de ciência, tecnologia e inovação para o desenvolvimento sustentável do Estado de Sergipe;
- Criar observatório social para realizar análise e diagnóstico dos problemas e as estratégias científicas e tecnológicas para a transferência do conhecimento para a melhoria da sociedade;
- Implantar um sistema permanente de avaliação e acompanhamento, a fim de estimular o planejamento e a eficiência na gestão, orientar as ações, revitalizar as instituições e permitir investimentos estratégicos;
- Assegurar prioridade para a manutenção da infraestrutura e modernização de laboratórios centrais que atuem como catalisadores em áreas estratégicas para o desenvolvimento do estado.

A atual condição da Previdência dos servidores do Estado de Sergipe é deficitária e caótica. O déficit previdenciário tem crescido assustadoramente no nosso Estado por conta da má gestão que ocorre na atualidade. Em 2014, esse déficit alcançou as cifras de R\$ 829.546.705,55; em 2015, R\$ 932.093.257,76; em 2016, R\$ 892.873.366,13 e em 2017 R\$ 1.205.818.782,11.

Diante desse cenário, que se mostra extremamente preocupante, assumimos o compromisso de realizar um estudo rigoroso da atual situação previdenciária do Estado e, de posse das conclusões das análises desse estudo, buscaremos modelar um sistema previdenciário que se adeque a situação premente da Previdência de Sergipe, em sintonia com as melhores práticas previdenciárias, em aplicação ou estudo, em outros Estados que estejam em situação equivalente a de Sergipe. A crise previdenciária tem dimensão nacional, afetando grande parte dos Estados da federação. Por isso, vemos nas trocas de experiências entre Estados a oportunidade de estabelecermos um sistema previdenciário mais justo possível. Objetivaremos, o equilíbrio das contas da previdência dos nossos servidores públicos, com a firme intensão de não gerar danos aos aposentados, pensionistas e postulantes à aposentadoria, sem com isso, gerar efeitos colaterais negativos às finanças do Estado, evitando o agravamento do colapso fiscal de Sergipe.

Um Estado comprometido na concretização de processos contínuos para a garantia dos níveis de prevenção e promoção à saúde, lastreados na melhoria da qualidade da educação, padrão nutricional, moradia, transporte, trabalho, renda, no fortalecimento da cultura, esporte e lazer. Assegurando o acesso aos serviços de saúde, garantindo a inclusão social de todos os cidadãos.



Sergipe tem um desafio inadiável: o fim do descalabro atual na rede estadual de saúde, um quadro caótico de falta de transparência na gestão, mortes hospitalares que poderiam ser evitadas, milhares de homens, mulheres e crianças em filas intermináveis à espera de cirurgias, corredores de hospitais superlotados de pacientes em uma situação em que o atendimento às vezes é obrigado a escolher quem deve viver.

A Saúde no estado está em coma e Eduardo Amorim tem propostas factíveis à base de muito trabalho e gestão transparente, para enfrentar e resolver este problema.

Nesse sentido, ainda há muito que avançar na direção que informamos a seguir:

- Implantar as centrais de regulação loco-regionais visando dar transparência à marcação de consultas e procedimentos especializados, os atendimentos de urgência e emergência e a gestação de alto risco, além da disponibilidade de leitos hospitalares para os internamentos nas clínicas básicas (Pediatria, Gineco-Obstetrícia, Clínica Médica e Cirúrgica);
- Fortalecer a rede de atenção às urgências e emergências estadual visando atender às necessidades de cada região, com atenção especial para cardiologia, traumato-ortopedia e cirurgia vascular;
- Garantir a regulamentação, transparência e fiscalização dos planos de saúde, buscando maior credibilidade e benefícios aos usuários, visando a excelência na relação entre o setor público e o setor privado;
- Hospital do Câncer de Sergipe- Construir e colocar em funcionamento e organizar a Rede Estadual para prevenção diagnóstico e tratamento do Câncer;
- Criar o CDI – Centro De Diagnóstico Por Imagem para ampliar o serviço estadual de atendimento às demandas da área;
- Reformar e modernizar os Hospitais do Estado de Sergipe;
- Criar a rede especializada de internação para tratamento de dependentes químicos em hospitais e através da parceria com instituições filantrópicas;
- Apoiar a implantação do Prontuário eletrônico do cidadão (PEC) do e-SUS/AB em municípios;
- Expandir para todo estado a rede de Ambulatórios de Especialidades Médicas (AME's);
- Aprimorar a rede de urgência e emergência, com expansão e adequação de Unidade de Pronto Atendimento (UPA's), Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU), e centrais de regulação, articulando-a com outras redes de atenção;
- Desenvolver a política de valorização dos profissionais ligados à saúde e realizar concurso público para preenchimento de vagas da rede da saúde;
- Aperfeiçoar a rede estadual de Prevenção, Diagnóstico, Tratamento e Internação dos pacientes com os diagnósticos de DST/AIDS e Hepatites;
- Assegurar o acesso aos usuários do Tratamento Fora do Domicílio – TFD;
- Implementar o Sistema Estadual de Captação e Transplantes de Órgãos;
- Assegurar o acesso de medicamentos aos usuários no Centro de Atenção a Saúde de Sergipe (CASE), sem descontinuidade na distribuição;
- Implantar serviços de atenção integral à saúde da pessoa idosa e dos portadores de doenças crônicas, estimulando o envelhecimento ativo e saudável e fortalecendo as ações de promoção e prevenção;
- Consolidar a Ouvidoria do (SES) Secretária de Estado da saúde como canal direto de comunicação entre a sociedade e o SES, para informações, sugestões, queixas e denúncias;
- Fortalecer a rede obstétrica do Estado, com intuito de humanizar, diminuir a morbimortalidade materna e neonatal, diminuir a superlotação das maternidades;

- Fortalecer a Rede de Hematologia e Hemoterapia do Estado de Sergipe para atender a demanda do SUS-SE, disseminando a cultura da doação voluntária de sangue.
- Implantar o Hospital da Criança adequando e reestruturando a infraestrutura existente com a finalidade de atender especialidades pediátricas, ampliando a faixa etária de atendimento de 0 a 17 anos e 11 meses.
- Apoiar os Municípios no cuidado à saúde das populações: Negra, Quilombolas, Assentados, Situação de Rua, Privada de Liberdade, LGBT;
- Apoiar programas de atendimento à pessoas com Albinismo e com Doença Falciforme;
- Inaugurar o Centro de Especialidade em Reabilitação- CER IV estrutura física e funcional composta por equipe multiprofissional devidamente qualificada, capacitada para a prestação de assistência especializada para pessoas com deficiência;
- Incrementar as ações preventivas de combate à proliferação de doenças causadas pelo Aedes Aegypti (zika, dengue e chikungunya);
- Implantar Projeto Boa Visão: promovendo assistência oftalmológica, identificando e corrigindo problemas visuais, em alunos do ensino médio e fundamental, professores e funcionários das Escolas Estaduais de Sergipe, com doação de óculos quando necessário;
- Criar novos leitos para adultos de Unidades Terapia Intensiva (UTI) no Hospital de Urgência de Sergipe;
- Implantar serviços da rede de cardiologia do Estado constituída por unidade de média e alta complexidade, para apoio ao diagnóstico e tratamento das doenças cardiovasculares, garantindo a assistência de acordo com a Linha de Cuidado.
- Fortalecer as ações do Centro de Referência da Mulher ampliando a oferta de serviços e atenção às mulheres para prevenção do câncer de colo de útero e mama, oferecendo assistência nos períodos de Climatério e Menopausa na rede SUS;
- Criar Estratégia de Saúde da Família (ESF) e fortalecer o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS) evitando internações, especialmente aquelas devidas às doenças diarreicas, respiratórias agudas e imunopreveníveis;
- Instituir a Política de Nefrologia de atenção às pessoas com doença renal crônica (DRC), viabilizando o acesso ao transplante;
- Implantar, em cada microrregião, centrais de regulação loco-regionais, visando, entre outras coisas:
 - a) Marcação de consultas e procedimentos especializados;
 - b) Os atendimentos pré-hospitalares de urgência e emergência e a gestação de alto risco
 - c) disponibilidade leitos hospitalares;

Atualizar, de forma pactuada, o Plano Diretor de Investimento (PDI), que permita a implantação e/ou ampliação dos serviços de saúde;
- Criar o Centro de Referência em Ortopedia do Estado de Sergipe;
- Renovar/modernizar a frota de ambulâncias do SAMU.

Um Estado com processos estabelecidos na qualidade da educação, buscando oportunidades para melhoria contínua da qualidade, criando, fortalecendo, estabelecendo os instrumentos existentes garantindo o desenvolvimento e desempenho dos profissionais.

Criar alternativas e possibilidades de melhoria da qualidade educacional, buscando alcançar novos patamares, gerando oportunidades para todos.

Por isso vamos:

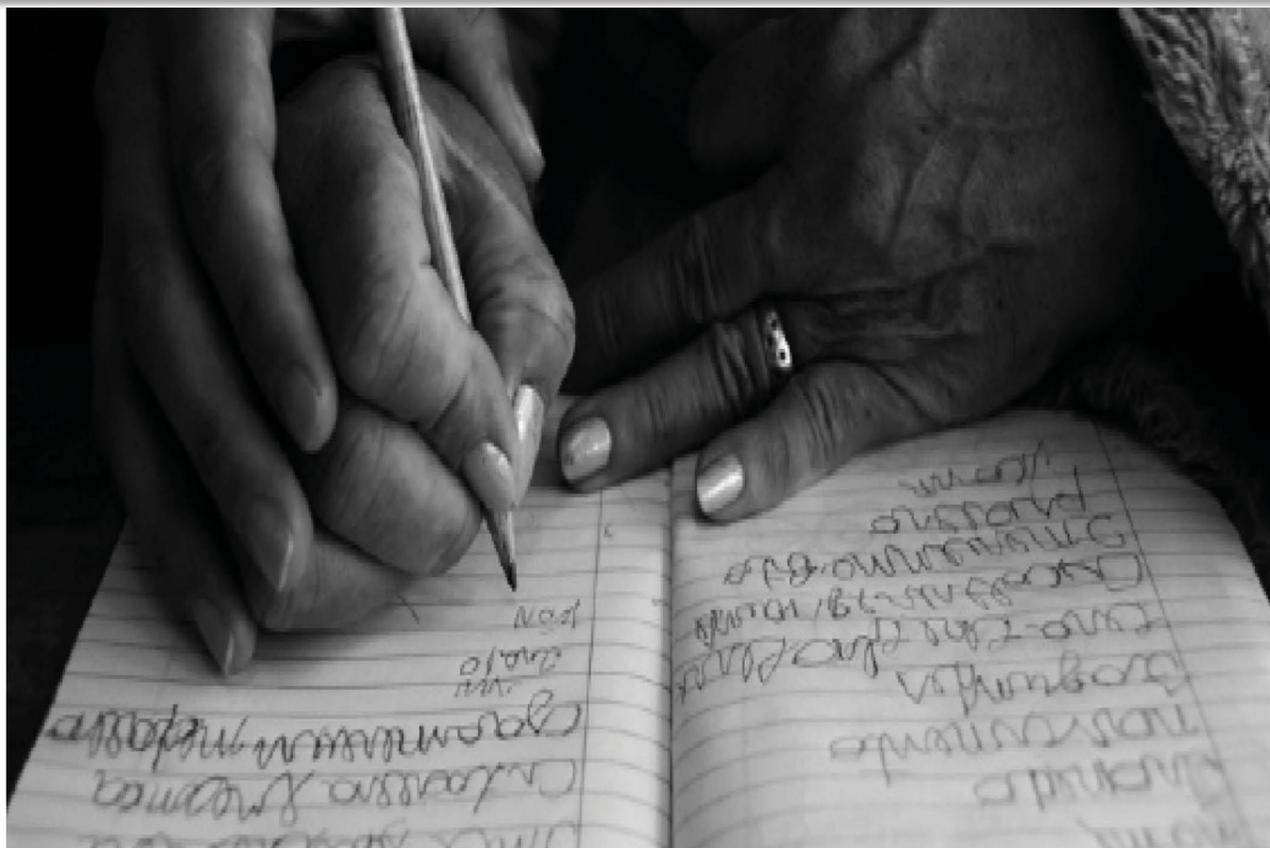
- Buscar recursos externos para, juntamente com os Governos Federal e Municipal expandir a Rede Física de Ensino Médio e equipar as escolas com computadores, laboratórios e bibliotecas. Com garantia de acesso à internet;
- “Escolas Atraentes” - Criar grupos de estudos a fim de transformar todas as escolas da rede pública estadual de educação em escolas atraentes, sem perda da qualidade de ensino a fim de evitar a evasão escolar e trazer de volta os alunos que pararam de estudar;
- “Gestão Escolar” - Criar programa de formação em gestão e liderança para gestores da Secretaria de Estado da Educação, visando o aperfeiçoamento da gestão escolar;
- “Equipar as Escolas da Rede” - De imediato, o Governo de Sergipe fará um diagnóstico sobre as condições de cada uma das unidades de ensino da Rede Pública Estadual de Educação a fim de buscar recursos para a imediata recuperação das condições estruturais das escolas, bem como equipá-las com recursos tecnológicos, preferencialmente em cada sala de aula. Paralelamente serão desenvolvidos frequentes cursos de preservação patrimonial nessas escolas;
- “Escola em Tempo Integral” - Reestruturação e revisão do projeto do Ensino Médio Integral, evitando danos e prejuízos a alunos e professores. O ensino médio em tempo integral não será desativado, mas será revisto e reestruturado;
- “Regularização e Unificação do Calendário Escolar” - Dialogando com professores, alunos, pais de alunos, sindicatos, a Secretaria de Estado da Educação, de imediato, reorganizará e unificará o calendário escolar de todas as escolas da rede pública estadual de educação;
- “Criação do NARE – Núcleo de Alto Rendimento Esportivo” - Em parceria com outras secretarias, a Secretaria de Estado da Educação criará o Núcleo de Alto Rendimento Esportivo, voltado a aplicar as melhores técnicas científicas e com o uso dos mais avançados recursos tecnológicos para obter

o melhor rendimento possível na prática esportiva. O NARE será instrumento basilar para os professores de Educação Física, alunos praticantes de alguma modalidade esportiva;

- Ampliar a oferta de vagas no Ensino Profissionalizante através dos Centros Profissionalizantes;
- Expandir e diversificar nos municípios o ensino profissionalizante, pois a educação profissional, por sua vez, não pode ser concebida apenas como uma modalidade de Ensino Médio. Deve consistir na educação continuada para toda a população economicamente ativa, que precisa se manter qualificada, readaptada para conservar elevados níveis de escolaridade;
- Articular com os municípios a universalização do Ensino Fundamental de qualidade, visando ampliar a escolarização das crianças de 4 a 10 anos;
- Estudar mecanismos para recuperação/recomposição da Carreira do Magistério Público Estadual que foi destruída por projeto de Lei do Executivo Estadual no final de 2011;
- Implementar ações que reduzam o índice de analfabetismo no estado, incentivando a continuidade de programas que tenham esse objetivo;
- Incentivar a criação do Projeto “Escolas de Pais” nas escolas da rede Estadual, objetivando, além da educação, trazer a família para o âmbito escolar;
- “Valorização do Professor” - Além da aplicação do aumento da Lei do Piso do Magistério para todos os níveis de carreira, o Governo de Eduardo Amorim criará um programa de qualificação docente em parceria com as instituições de ensino superior para a constante qualificação dos nossos professores em cursos de especialização, mestrado e doutorado.
- Reestruturar o CQP, aparelhando-o e transformando-o em um Centro de Formação Profissional e de Capacitação Continuada dos servidores da rede estadual;
- Reforçar as iniciativas de formação (licenciatura) de professores da Seed e das prefeituras em áreas com maior deficiência de contingente;
- Investir na formação de professores de línguas através de intercâmbios com universidades estrangeiras;
- “Professor em uma única escola” - Verificar os meios necessários e legais dependendo da carga horária do docente para que o mesmo seja lotado em apenas uma unidade de ensino, mais próximo possível de sua residência;
- Realizar um amplo processo de revisão pública do Plano Estadual de Educação, definindo prioridades e metas que deverão ser implementadas pelo governo;
- Investir na formação de professores e em material pedagógico para combater todo tipo de discriminação nas escolas, respeitando e valorizando a diversidade, com programas de formação continuada para os profissionais da educação visando sua ativa participação na erradicação de todas as formas de preconceito;
- Criar Suporte para projetos construídos pelos próprios profissionais da rede ou em convênios com Universidades Públicas, respeitando sempre a autonomia pedagógica e o Projeto Político Pedagógico de cada escola;

- “Acompanhamento do Rendimento Escolar” - Criar em cada unidade de ensino grupos de trabalhos que farão constantes reuniões com alunos e pais de alunos a fim de discutir e encontrar soluções para aqueles alunos que não estão com o rendimento adequado. Se necessário, esses grupos de trabalho visitarão alunos em suas residências;
- Criar o CAE – Conselho de Administração Escolar.
- Criar cursos de atualização para alunos considerados “analfabetos funcionais” que estejam em rede ou que dela já tenham saído;
- Promover uma preparação específica para os professores que atuam no (EM) Ensino Médio preparando os alunos para o ENEM;
- Implementar o princípio da meritocracia na rede pública estadual, premiando os que mais se esforçam na busca de uma educação de qualidade;
- Criar o cargo Gerente Administrativo nas escolas subordinado à direção, com a responsabilidade de gerir os recursos orçamentários, prestar contas desses recursos e cuidar da manutenção física dos prédios escolares;
- Criar programa para resolução do problema de distorção idade/série em parceria com os municípios do Estado;
- Estabelecer parcerias com empresas comerciais e industriais ofertando cursos de alfabetização local.

Política de Educação Especial



A política de educação especial deverá enfatizar tanto a expansão do sistema, considerando as desigualdades municipais, como a inclusão nas escolas regulares das crianças e adolescentes com necessidades especiais. Nesse sentido, será dada atenção a todos os processos que promovam essa integração, como formação e capacitação dos professores, produção de material didático, e utilização dos meios de comunicação. A política de inclusão não deixará de reconhecer as situações em que seja necessário dar apoio financeiro às escolas e entidades não governamentais especializadas na educação de crianças com deficiência. A colaboração e as parcerias com a sociedade civil são de fundamental importância, especialmente nos casos caracterizados por alto grau de comprometimento mental ou por deficiências múltiplas.

O atendimento dos alunos com necessidades especiais não se limita à área educativa, mas envolve especialistas em saúde, psicologia e assistência social, e depende da colaboração de diferentes órgãos do poder público, incluindo aporte de recursos.

Por isso, vamos:

- Promover a Educação especial na perspectiva inclusiva, garantindo a participação efetiva da família no processo educacional, disponibilizando transporte adequado e priorizando a oferta de vagas em unidades escolares aos alunos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento, e/ou altas habilidades/superdotação, qualificando professores e funcionários com uma capacitação e formação continuada em serviço. Serão implementadas salas de recursos multifuncionais, mantendo escolas e classes especiais para os que não apresentem condições de serem incluídos em turmas regulares, garantindo atendimento pedagógico nas Classes Hospitalares e oferecendo educação escolar e preparação para o trabalho aos maiores de 17 anos, através de ações interdisciplinares entre as várias secretarias: educação, trabalho, assistência social, saúde e transporte;
- Criar um Centro de Atendimento aos alunos com necessidades educacionais especiais;
- Mobilizar a Universidade para participar dos programas de formação de professores e outros profissionais que atuam com alunos com necessidades educacionais especiais;
- Apoiar as escolas para integrar as crianças com deficiência no sistema regular de ensino;
- Incentivar a expansão do atendimento aos alunos com necessidades especiais na faixa etária até 14 anos, estimulando a adoção de metodologias que integrem as crianças e melhorem o seu desempenho educacional;
- Estimular o acesso a programas de alfabetização, suplência e educação para o trabalho aos alunos maiores de 15 anos;
- Apoiar as escolas de educação especial, públicas e particulares, na educação das crianças com necessidades especiais;
- Incentivar a aplicação de testes de acuidade visual e auditiva nas instituições de educação infantil e do ensino fundamental, em parceria com a área da saúde, de forma a identificar problemas e oferecer apoio adequado aos alunos;
- Cumprir a legislação no tocante à exigência da acessibilidade em todos os espaços bem como no tocante aos projetos de combate a incêndio e pânico.
- Possibilitar todas as formas de comunicação para os alunos com deficiência auditiva e/ou visual, utilizando a comunicação em braile e libras.

Um Estado com processos estabelecidos na qualidade, promoção, criação e fortalecimento dos instrumentos existentes de garantia da segurança pública dos cidadãos e do Estado.

Para isso precisamos:

Criar e estabelecer instrumentos e mecanismos aptos a fortalecer as políticas necessárias à garantia da ordem pública e a segurança da sociedade. Esse é o nosso objetivo;

A Segurança é um direito fundamental do cidadão assegurado pela Constituição Federal do Brasil, segundo a qual, a proteção à pessoa é indissociável da promoção da cidadania e da dignidade humana.

Sobre os dados do Atlas da Violência, a Secretaria de Segurança Pública (SSP) de Sergipe informou, à época, que os números vêm reduzindo ano a ano, embora no ano de 2015 a taxa de mortes violentas intencionais (MVI) tenha sido de 57,3 por grupo de 100.000 habitantes e, em 2016, atingiu o índice absurdo de 64,0 vítimas, o que garantiu a Sergipe, por dois anos consecutivos, o status do Estado mais violento do país.

Adotando uma filosofia de mudança, modernização e integração de esforços, decorrem ações que o governo se empenhará em adotar, nos quatro anos de gestão, a saber:

- Aprofundar os debates para a formulação da Política Estadual de Segurança Pública, que deverá fortalecer as ações da Secretaria e a criação do Conselho Estadual de Segurança Pública, através de um plano construído de forma participativa entre membros dos mais diversos segmentos da sociedade civil e das várias áreas do governo estadual, ligadas direta ou indiretamente à temática da segurança pública, visando nortear as ações do governo nos próximos quatro anos, garantindo a intersectorialidade das políticas públicas voltadas à segurança da sociedade sergipana;
- Intensificar a parceria com o Governo Federal, ampliando as ações de cooperação e a celebração de convênios de financiamento para novos projetos de capacitação de servidores e adensamento tecnológico apto a promover a repressão qualificada da criminalidade;
- Valorizar o policiamento preventivo e de aproximação, fazendo com que o policial seja entendido como parte integrante do contexto social onde atua, promovendo, assim, a difusão de orientações ao cidadão, com vistas a evitar o evento criminoso e a compartilhar as informações necessárias à execução mais efetiva do policiamento ostensivo;

- Desenvolver programas de prevenção da delinquência juvenil, focados em jovens mais susceptíveis a se tornarem vítimas da violência;
- Qualificar o policial e melhorar a sua imagem, bem como a dos demais agentes das instituições de controle da violência, para que sejam identificados positivamente pela população;
- Promover o aprendizado e a incorporação de fundamentos de direito humanitário, notadamente o repúdio a tratamento discriminatório em razão de cor, raça, orientação sexual, idade e classe social, em todos os aspectos do cotidiano da polícia, a começar do treinamento de seus quadros;
- Integrar e elevar os padrões de desempenho das polícias civis e militares, criando instrumentos de aferição de produtividade e recompensa, reformulando as estruturas das polícias civil e militar, criando um modelo gerencial com o objetivo de tornar mais ágil e eficiente a gestão dos recursos humanos e materiais;
- Intensificar, em ação coordenada com os estados vizinhos, os mecanismos de cooperação policial nas áreas de divisas;
- Promover programas de melhoria da coleta e sistematização de estatísticas e análise criminais, para tornar mais eficiente o combate à criminalidade, estabelecendo cooperação com universidades públicas e privadas e institutos de pesquisa na área da segurança pública e sistema prisional;
- Implantar o Programa Integrado de Informações Criminais em âmbito estadual, unificando dados de ocorrências registradas pelas polícias civil e militar e atendimentos do Corpo de Bombeiros, para o planejamento e execução coordenada de ações integradas nas áreas de maior incidência de crimes, sob a gestão da Secretaria de Segurança;
- Desenvolver programas de apoio a projetos de policiamento comunitário e de aproximação, com a participação dos conselhos comunitários de segurança e moradores da região na definição, em conjunto com os gestores de área, das prioridades da ação policial, bem como das estratégias de policiamento nas suas comunidades;
- Estimular projetos inovadores para a recuperação de jovens que cometeram crimes sem violência, mediante atividades comunitárias, programas profissionais e de educação, dando ainda apoio às famílias dos infratores e às vítimas. Antes da privação da liberdade, salvo casos excepcionais, é necessário esgotar as alternativas previstas em lei para interromper o ciclo de marginalização do adolescente;
- Elaborar mapas da violência em todas as cidades, a partir de um diagnóstico do Estado, de acordo com suas microrregiões, garantindo políticas públicas, direcionadas e focadas nos problemas regionais e suas características locais específicas;
- Combater o crime organizado no estado, notadamente as organizações envolvidas com tráfico de drogas e roubos de veículos, através da articulação das agências de inteligência do Estado sob a gerência da Coordenadoria-Geral do Sistema de Inteligência de Segurança Pública (SISIP), que servirá de elo entre as agências dos demais Estados e da União;
- Melhorar a gestão dos recursos investidos na área da segurança, com a criação de indicadores de desempenho por área e planejamento anual de ações;
- Promover ações de inteligência e de repressão qualificada dirigidas às regiões da capital e nos municípios com maior incidência de crimes violentos contra o patrimônio e contra a vida, de forma a reduzir os índices de violência no Estado e trazer maior sensação de segurança à população;

- Reabrir dos postos fiscais da Secretaria da Fazenda, implantando outros onde necessário, em parceria com a Secretaria de Segurança Pública, transformando cada unidade em Posto Fiscal/Tributário e Posto Policial de divisa, com o objetivo de coibir a entrada no estado de drogas, armas, veículos roubados, etc. Otimizando os recursos e ampliando a capacidade de atuação das forças;
- Desenvolvimento e implementação do programa estadual de prevenção e uso abusivo de álcool e outras drogas lícitas e ilícitas em parceria com os municípios, empresas privadas e entidades do terceiro setor;
- Policiamento de Divisas: Implantação de policiamento ostensivo efetivo nas regiões de divisa com os estados de Alagoas e Bahia, através da criação do grupo tático operacional de divisas, com a finalidade de inibir a entrada e saída de delinquentes, por meio de abordagens a pessoas e veículos, bem como através do policiamento motorizado com viaturas do tipo caminhonete, possibilitando, assim, o acionamento do plano de barreiras e fechamento imediato de todas as saídas do Estado;
- Melhoria no Atendimento do CIOSP (190)- Através de implantação da nova metodologia de gestão com base na utilização pelas unidades de área do sistema de georreferenciamento das viaturas para o incremento do policiamento preventivo com base no planejamento do gestor da área, além da constante capacitação dos prestadores dos serviços contratados, melhorando a qualidade do primeiro atendimento dado à população em razão do chamado de emergência garantindo atendimento mais rápido, ágil e preciso das ocorrências;
- Implantar Atividades Policiais de Prevenção e Repressão Imediata ao Tráfico de Drogas- Através de ações Policiais direcionadas ao combate do tráfico de drogas, a partir do uso intensivo de informações coletadas pelas agências de inteligência das policias civil e militar e do sistema prisional;
- Implementar metodologia de repressão qualificada ao crime fundada em ações sistemáticas, de forma a mapear e acompanhar as organizações criminosas que atuam no Estado, identificando suas lideranças e atividades ilícitas desenvolvidas, permitindo que sejam planejadas e executadas operações que desarticulem estas Ocrim's, evitando que atinjam seu poderio financeiro e econômico e eliminem por completo suas atividades no Estado, reestabelecendo o comando por parte das forças policiais;
- Investir nas agências de inteligência, qualificando seus quadros e adquirindo tecnologia de ponta para qualificar o enfrentamento da criminalidade organizada, conjugando suas estruturas físicas e estabelecendo um comando central, implementando os núcleos em unidades estratégicas sob a gerência da agencia central da respectiva força policial;
- Reativação do Modelo da Polícia Comunitária - Retomar a parceria entre a população e as forças policiais, estabelecendo o modelo de polícia de aproximação, partindo da premissa de que tanto a polícia quanto a comunidade devem trabalhar juntas para identificar, priorizar e resolver problemas locais reativando os Postos de Atendimento ao Cidadão (PAC FIXOS e MÓVEIS), além de capacitar e valorizar os policiais designados para essas unidades;
- Programa Ronda Cidadã- Criação do grupamento Ronda Cidadã, que atuará integrado com as Guardas Municipais e associações de moradores, conquistando a confiança do cidadão na capital bem como nos grandes municípios sergipanos;
- Grupos Vulneráveis - Melhorar o sistema de acolhimento e proteção, além do atendimento às

ocorrências que tenham como vítimas integrantes de grupos vulneráveis (LGBTI, negros, crianças e adolescentes, mulheres e idosos);

- IML- Construção de uma nova Unidade do IML em Aracaju, que já foi contemplado no Proinvest, mas até hoje não foi implemetado, e criar unidades regionais do Instituto Médico Legal e Instituto de Criminalística, nos 05 maiores municípios do Estado, bem como modernizar tecnologicamente e cientificamente os institutos que integram a Coordenação Geral de Perícias do Estado de Sergipe – COGERP.
- Criação do Comitê “Viva Sergipe” – Criação de um Comitê permanente envolvendo Gestores da Segurança Pública, MPE, Poder Judiciário, Poder Legislativo, sociedade civil e comunidade acadêmica para discussão e elaboração de estratégias voltadas à prevenção de homicídios e outros delitos, com avaliação permanente das ações previstas no plano estadual de segurança pública;
- Convênio com a APACs com o intuito de melhorar o sistema Prisional de Sergipe.
- A ampliação das Parcerias Público-Privadas para a construção de novas unidades;
- Estabelecer o Sistema de Ressocialização- Criação do departamento de ressocialização do sistema prisional multisetorial (integrado pelas instituições do sistema de justiça, secretarias de estado e sociedade civil organizada);
- Parcerias com indústrias e empresas da iniciativa privada objetivando absorção da mão de obra dos internos;
- Ampliação da oferta de cursos de capacitação profissional em áreas diversificadas;
- Promoção de curso de formação superior à distância no âmbito do sistema prisional;
- Construção de espaço socioambiental destinado ao agronegócio, com emprego de mão de obra composta por apenados que preencham os requisitos para o trabalho durante o cumprimento da pena, intensificando a detração, associada a uma Política de sustentabilidade;
- Programa permanente de mutirão processual periódico – estabelecer parcerias com a defensoria pública do estado, entidades da sociedade civil organizada e instituições de ensino superior voltadas à análise dos processos de execução e em fase instrução que envolvam presos em cumprimento de pena definitiva e provisória que não possuam defensor constituído;
- Instalação do presídio destinado ao cumprimento de pena em regime semiaberto, permitindo que aqueles que progridam ou que sejam condenados a tal regime cumpram a pena em conformidade coma a Lei de Execuções Penais;
- Promover melhorias na Segurança Prisional
- Reestruturação e reorganização da inteligência penitenciária, promovendo sua integração com as agências de inteligência das policias civil e militar;
- Criação do grupo de fiscalização da execução penal (prisão domiciliar, livramento condicional, usuários de tornozeleira eletrônica, dentre outras correlatas);
- Reestruturar administrativamente a Coordenadoria Geral de Perícias, promovendo a reorganização de seus quadros, investindo na capacitação dos profissionais e adensando tecnologia de ponta para a realização dos exames:

- Qualificar e incrementar as equipes de peritos que atuam no local de crime, objetivando a coleta de vestígios e elementos de prova que possibilitem a investigação técnica e a produção qualificada de prova;
- Desenvolver plataforma que permita a integração da emissão dos laudos periciais com os procedimentos investigatórios em curso nas delegacias de polícia, otimizando recursos e permitindo maior robustez à base de dados investigativa, inclusive com a possibilidade de inclusão de banco de dados de DNA, digitais e de padrões de projéteis;
- Integrar as informações de saúde com a segurança pública, sempre que envolvam vítimas de violência (homicídios, lesões corporais, dentre outros), notadamente as unidades envolvidas com a investigação de tais eventos e a produção de exames periciais decorrentes, evitando a subnotificação de dados e a não investigação dos fatos, o que tem ocorrido diariamente no Estado;
- Modernizar a emissão de identidades por parte do Instituto de Identificação, através da implantação de sistema digitalizado de coleta de imagens de dados biométricos e fotográficos, evitando a fraude e a utilização de documentos falsos por criminosos para evitar o cumprimento de mandados de prisão vigentes e ocultar sua verdadeira identidade na prática dos mais diversos delitos, inclusive lavagem de dinheiro.

Violência contra a Mulher

- Programa Sergipe Seguro – Implantar um programa pautado em ações multiciplinares e integrado com todas as esferas de poder voltado ao combate aos crimes violentos letais intencionais, com fixação de metas anuais de redução de índices;
- Grupo de Prevenção à Violência Doméstica - Tendo como objetivo garantir o cumprimento das medidas protetivas de urgência, na Capital e nos municípios com maior incidência de registros de violência contra a mulher. Estabelecer ações integradas entre as organizações policiais visando a redução de homicídios, com ênfase aos feminicídios, e da violência contra a mulher.

Corpo de Bombeiros



Tendo como função principal salvaguardar a vida, o meio ambiente e o patrimônio, com responsabilidade ética e transparência, buscando o bem-estar da sociedade. O Corpo de Bombeiros Militar de Sergipe, assim como os demais órgãos militares e de segurança do Estado têm uma importância fundamental em nosso governo. Vamos buscar a modernização e adequação no sentido de que o mesmo possa atender à contento, as necessidades da comunidade Sergipana.

Por isso vamos:

- Ampliar e adequar o efetivo;
- Equipar e modernizar as instalações existentes;
- Capacitar, especializar e atualizar os profissionais em suas áreas de atuação;
- Estabelecer a valorização do militar bombeiro com o objetivo de melhorar o relacionamento interpessoal;
- Garantir a gestão de recursos orçamentários direcionada às atividades da corporação, assegurando assim a efetividade das atividades;
- Criar política de responsabilidade ambiental no CBMSE;
- Criar grupo Tático e de Conscientização da População para a redução do impacto ambiental nas queimadas;
- Criar dentro da corporação a brigada para atendimento à ocorrências com animais silvestres em parceria com órgãos ambiental.

Um Estado com processos estabelecidos na melhoria contínua da qualidade da cidadania, criando, fortalecendo e estabelecendo os instrumentos existentes de garantia da inclusão social de todos.

Estimular e fortalecer políticas públicas voltadas à inclusão social, igualdade de gêneros e à diversidade assegurando a promoção da cidadania e da dignidade humana.

Resgatar da miséria famílias buscando minimizar a fome e a exploração do trabalho infantil. Assegurar o acesso dos sergipanos mais pobres a serviços públicos de boa qualidade: eis a grande tarefa que temos pela frente para tornar realidade o sonho de um Estado e sociedade mais justa e mais igualitária.

Por isso vamos:

- Eliminar distorções e privilégios e melhorar a gestão dos programas, levando em conta a diversidade de situações dos beneficiários;
- Investir em programas governamentais que visem o combate à fome e à pobreza;
- Desenvolver uma política estadual, em parceria com o Governo Federal, de transferência de rendas, assegurando e conjugando as diferentes ações/programas estaduais existentes, com destaque para as mulheres arrimo de família, idosos e portadores de deficiência;
- Aproveitar as potencialidades locais para aumentar as oportunidades de trabalho e de obtenção de renda da população, mediante ações de desenvolvimento integrado e sustentado, construindo um conjunto básico de programas sociais nas áreas geográficas e grupos sociais mais vulneráveis, buscando recursos junto ao BNDES, Banco do Nordeste, do Brasil e Caixa Econômica Federal;
- Trabalho para jovens em seu primeiro emprego;
- Criar o programa “Jovens Alfabetizadores” - “Alfabetização Solidária”, desenvolvido em parceria com a iniciativa privada, universidades, organizações não-governamentais, e voltado para a alfabetização de adultos;

Estímulo à oportunidade de trabalho para mulheres

- Linha de crédito, com repasse direto às associações comunitárias ou organizações não governamentais, para financiar a melhoria de habitações nos bairros, ou aglomerações urbanas, ou ainda para a construção de equipamentos comunitários para pequenos negócios;
- Priorizar mão-de-obra a ser contratada constituída, preferencialmente, por jovens desempregados nos municípios onde serão realizadas as obras;
- Implantar ações integradas que estimulem o espírito empresarial dos jovens e mulheres chefes de família desempregados, identificando oportunidades de qualificação profissional e crédito junto aos órgãos fomentadores do desempenho das atividades economicamente ativas no mundo de micro e pequenos negócios, além de cooperativas e associações;
- Beneficiar as mulheres que buscam exercer atividade das seguintes ações, programas específicos de microcrédito, combinados com capacitação para criar e administrar microempresas, ampliando o acesso feminino a programas de geração de emprego e renda elaborados pelo Governo Federal.
- Incentivar a criação de cooperativas de trabalho como geração de ocupação e renda.
- Fomentar a construção de canais de debate para definir prioridades e desenhar estratégias para criar, transformar e alterar os organismos de políticas para mulheres nas esferas dos governos federal, estadual e municipal – com interlocutores válidos e reconhecidos para construir as novas agendas políticas com articuladoras e articuladores prioritários;
- Elaborar políticas públicas de igualdade para as mulheres reconhecendo as desigualdades econômicas e políticas entre homens e mulheres;
- Elaborar uma matriz que permita orientar uma nova visão de competências (políticas, institucionais e administrativas) responsabilizações dos agentes públicos em relação à superação das assimetrias de gênero, assegurando uma governabilidade democrática e inclusiva em relação às mulheres;

Iniciativas para melhor Idade

- Investir na melhoria da gestão e qualidade dos serviços colocados à disposição dos idosos, particularmente por parte de entidades sociais;
- Apoiar a organização de redes de cuidadores, em especial nos serviços geriátrico e gerontológico, expandindo programas de atenção domiciliar/ “melhor em casa” do Ministério da Saúde/Governo Federal;
- Estimular a criação de programas de saúde integrados com esporte, lazer e cultura, em cooperação solidária com os governos municipais, terceiro setor e entidades privadas;
- Apoiar programas de alfabetização de pessoas da terceira idade, bem como programas de qualificação, principalmente voltados para a transmissão de conhecimentos e habilidades às novas gerações;
- Orientar a política de saúde do idoso no sentido de conseguir o máximo de vida ativa na comunidade e junto à família, com maior autonomia e independência;
- Dar prioridade às estratégias de promoção da saúde e prevenção de agravos, objeto dos projetos “Viva Bem a Idade Que Você Tem”, “Vida Ativa” e “Vacinação para Idosos”;
- Articular agendas integradas com as secretarias de governo, com ênfase da secretária de saúde, para cuidar de forma especial as ações corretivas das deficiências visuais decorrente da catarata, e motoras das gestantes da idade.

ASSISTÊNCIA SOCIAL

Inclusão de Pessoas com Deficiência

Acesso à Educação:

- A implantação de ações que viabilizem o acesso, a acessibilidade e o apoio necessário à permanência dos alunos com deficiência, no que nos compete, tais como: adequação arquitetônica de escolas públicas, implantação de novas salas de recursos multifuncionais, produção de material didático inclusivo, capacitação de profissionais, formação de cuidadores e apoiadores técnicos.

Atenção à Saúde:

- Promoção da qualidade de vida das pessoas com deficiência;
- Criação de um sistema estadual para monitoramento da busca ativa realizando a identificação, avaliações multidisciplinares e encaminhamentos compatíveis com as situações identificadas para a intervenção precoce;
- Descentralizar ações de habilitação e reabilitação: Habilitar serviços que estejam compatíveis com os critérios estabelecidos na legislação (regionais e áreas de referência municipais);

- Organização da atenção em redes de serviços: essa rede será composta pelo serviço estadual de saúde, e na insuficiência ou inexistência destes, pode-se recorrer à rede complementar desde que estes atendam às exigências da legislação: acesso, fluxos, retaguarda de referência e contra referência, complementação físico estrutural (Centros de Reabilitação e seus anexos, sustentabilidade/manutenção dos serviços). Ampliar a oferta: habilitar serviços que estejam compatíveis com os critérios estabelecidos na legislação (regionais e áreas de referência municipais). Implantação da Equoterapia;
- Assistência integral à saúde: Integração SAÚDE, EDUCAÇÃO e ASSISTÊNCIA SOCIAL: facilitação do acesso à educação e permanência na Escola: tecnologias assistivas, consultas, encaminhamentos, benefícios sociais, dentre outros. Oferta de rede de serviços articulados com atuação Integrada nos diferentes níveis de complexidade;
- Facilitação o acesso à produção de órteses, próteses e meios auxiliares de acordo com as prescrições;
- Ampliar as Capacitações: Profissionais, pessoas da comunidade (familiares e demais interessados) e entidades que lidem com esse público alvo;
- Ações de Atenção à Saúde Sexual e Reprodutiva incluindo a gestação de alto risco: Inclusão nos Programas e Políticas, obedecendo aos critérios de acessibilidade.
- Implementação de ações na Atenção Domiciliar respeitada a organização das Redes de Atenção à Saúde (RAS) nos territórios locais e as normas do Sistema Único de Saúde (SUS).

Inclusão Social:

- Descentralização dos Centros de Referência, facilitando o acesso das pessoas com deficiência em situação de risco, como extrema pobreza, abandono e isolamento social, ofertando cuidados a partir de ações integradas nas áreas da assistência social e saúde. Com relação às atividades profissionais, será estimulado e apoiado (capacitações, complementação de escolaridade, tecnologia assistiva e parcerias) o ingresso das pessoas com deficiência no mercado de trabalho, acompanhados e orientados, com objetivo de incluí-los no mercado de trabalho;
- Incentivos ao Turismo Acessível: parcerias empresas e entidades, capacitações; Acessibilidade nos entornos dos principais atrativos;
- Política de incentivo ao desenvolvimento para-desportivo: cursos de modalidades Paraolímpicas, facilidade de acesso aos exames e consultas; inclusão nos jogos estudantis sergipanos;
- Fortalecimento do Controle Social: Participação e Capacitação.
- Melhorar a acessibilidade nos espaços públicos;
- Incentivo ao artista “Pessoa com Deficiência”: oportunidade de participação nas agendas promovidas pelo estado ou agendas em que o artista venha representar o estado.

Um governo que busca combater um dos maiores flagelos da humanidade atual – O uso de drogas lícitas e ilícitas.

A nossa política estadual sobre ressocialização será regida pelos seguintes princípios:

- Respeito à dignidade humana aos direitos fundamentais, especialmente quanto à autonomia e à liberdade do indivíduo;
- Adequação diferenciação entre usuário, dependente e traficante, de forma a atendê-los conforme a singularidade de cada caso;
- Reconhecimento da prevenção como ação prioritária;
- Acesso universal, equânime e integral às ações e aos serviços de saúde, inclusive às formas de tratamento necessárias aos diversos quadros clínicos apresentados;
- A reinserção social é a finalidade de todos os programas de prevenção, tratamento e repressão;
- Implantar e implementar programas de educação permanente e qualificação da rede de atenção aos usuários de álcool e outras drogas;
- Promover e apoiar a articulação entre as áreas da Justiça, Segurança Pública, Direitos Humanos, Educação, Saúde, Assistência Social, Habitação, Previdência Social, Esportes, Trabalho e Cultura, para a realização de projetos conjuntos, assegurando recursos técnicos, financeiros e humanos;
- Planejar, monitorar e avaliar o trabalho desenvolvido pela rede de atenção aos usuários de álcool e outras drogas;
- Fomentar a criação de Conselhos Municipais de Políticas Sobre Drogas – COMAD como primeiro passo para o efetivo envolvimento de todos os segmentos da sociedade com a presente política;
- Fomentar a criação de fundos municipais sobre drogas.

DESENVOLVIMENTO E ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Um Estado com processos estabelecidos na melhoria contínua da qualidade da cidadania, criando, fortalecendo e estabelecendo os instrumentos existentes de garantia da inclusão social de todos.

Por isso, em nosso governo vamos:

Priorizar o pagamento dos servidores pensionistas e aposentados em dia;

Fomentar a atividade produtiva na geração de empregos e renda:

- Infraestrutura de transportes;
- Integração estadual/interestadual;
- Energia: Incentivar a produção de energia solar, com tecnologia e capitais locais em parceria com a UFS, já é centro de desenvolvimento;
- Modernizar do parque industrial – indústria de transformação;
- Novo PSDI – mais moderno e adequado a realidade nacional;
- Produção, aquisição e transferência tecnológica, de base inovadora e de substituição à importação;
- Incentivar as incubadoras;
- Atrair de novas indústrias para aumentar cadeia produtiva de nosso estado;

Elaborar o PPA- Planejamento Plurianual, que servirá como norteador das ações estabelecendo a eficácia da gestão.

- É primordial que seja criado um moderno distrito industrial na região de Santo Amaro das Brotas. Outra medida essencial é investir na construção de galpões no interior e fomentar a infraestrutura de um condomínio de centros de distribuição e centros atacadistas. Ademais, fomentar a reforma, ampliação ou recuperação de galpões industriais e de outras infraestruturas não disponíveis em áreas onde sejam necessárias à viabilização de empreendimentos prioritários para o desenvolvimento descentralizado do Estado;
- No setor de serviços, existem atividades com elevada potencialidade e poder gerador de emprego e renda que deverão ser objeto de especial interesse da nova gestão. São as de turismo (especialmente o de eventos), cultura, entretenimento (festas públicas), serviços médicos, educacionais e de informática.

- A indústria de transformação do estado encontra-se em posição de quase estagnação, no entanto, ramos como os de produtos alimentares, têxtil e confecções (no interior, especialmente) são alguns que merecerão atenção da política estadual de desenvolvimento descentralizado. Na agricultura, que sofre com muita intensidade as severas condições climáticas dos últimos anos, agravada pela falta de chuvas, o foco de interesse será o de provisão de assistência técnica para que as condições de vulnerabilidade sejam superadas. O quadro atual é de perda de posição no contexto regional e nacional;

- Sergipe é o quarto maior produtor de cítricos do Brasil, contudo a competitividade cai a cada ano por falta de investimentos na revitalização do setor. Nas últimas três décadas foram ampliados os investimentos em projetos de irrigação para o cultivo de hortaliças e frutas tropicais, carecemos, no entanto, de uma maior inserção no mercado nacional e internacional (no caso das frutas). A rizicultura passa por uma crise cuja intensidade compromete toda a cadeia produtiva, que necessita ser revista e melhorada. Da mesma forma, é possível com novas tecnologias e insumos ampliar a produção de feijão, mandioca e milho, cultura esta que tem apresentado potencial de crescimento nos últimos anos. A pecuária leiteira se desenvolve sem perspectivas de futuro por falta de planejamento no setor;

Quanto aos projetos estruturantes ou projetos inovador-articuladores, caracterizados pelo seu conteúdo de conhecimento e de utilização de capital humano especializado, são três os destaques:

- Sergipe Parque Tecnológico (SergipeTec), que terá potencial estratégico para reposicionar o setor industrial no estado ao fornecer um ambiente de negócios às atividades emergentes, estimulando empresas e instituições de ensino e pesquisa a desenvolverem sinergia em suas ações, com vistas a estimular a implantação e o desenvolvimento de negócios de base tecnológica no estado, em áreas como Tecnologia da Informação (softwares e serviços de informática), Biotecnologia (tecnologia de organismos vivos – animal e vegetal), Energia (petróleo e gás) e Energias Renováveis (solar, eólica, biomassa). Como já ocorre em outros Estados no Brasil, o nosso parque poderá focar-se ainda na criação e desenvolvimento de equipamentos eletrônicos e de informática, em consonância com a Política Nacional de Desenvolvimento Industrial e de Comércio Exterior do Governo Federal. A prioridade, contudo, é finalizar as obras de construção da sede própria, instalada ao lado do Campus da UFS em São Cristóvão. O projeto do novo Sergipe Parque Tecnológico disporá de área de mais de 140.000 m², dos quais 130.000 m² foram cedidos pela Universidade Federal de Sergipe ao Estado, em regime de permissão de uso, pelo período de 30 anos renováveis;

- A “indústria sem chaminés” ou indústria do Turismo em Sergipe- O potencial Sergipano para gerar emprego e renda foi alvo de inúmeras discussões da Subcomissão Permanente do Nordeste no Senado, quando o senador Eduardo Amorim foi seu vice-presidente (2011). Parte das discussões passou pela locação do estado para as gravações da novela Cordel Encantado, da Rede Globo de Televisão, realizadas no Município de Canindé do São Francisco. Pujante em sua beleza, trata-se de uma localidade vocacionada pela natureza para atividades turísticas. Além de belas paisagens, formações rochosas e do rio São Francisco, ideais à prática do ecoturismo, Canindé do São Francisco tem sua história marcada pelo cangaço, havendo várias referências à passagem dos ícones bandoleiros pelo município. Canindé tornou-se a cidade mais visitada do Sergipe sobretudo após a construção da Usina Hidrelétrica de Xingó, responsável pela produção de 25% da energia consumida no estado. Lá também estão preservadas relíquias da arqueologia do Nordeste, abrigadas no hoje falido Museu de Arqueologia de Xingó (MAX) da Universidade Federal de Sergipe (UFS), inaugurado em 2000. Faz-se urgente a revitalização e ampliação do MAX, para que se torne uma unidade de exposições permanentes, dedicada a atrair turistas de Sergipe, do Brasil e do mundo;

- Contudo, para dar um novo impulso e dinamismo ao setor do turismo no estado, faz-se urgente o estabelecimento de uma agenda de trabalho que passe a incorporar, de modo permanente e conceituado, as atividades de turismo histórico, rural, museológico, de negócios, gastronômico, de eventos culturais, juntamente à atividade de “sol e mar”, cuja tendência é ser reforçados, diante da perspectiva de crescimento do turismo no Nordeste, dentro de uma estratégia de integração com as outras opções de atrativos turísticos presentes no Estado. Um fato desolador a ser corrigido é que Sergipe esteja a desperdiçar seu grande potencial para o turismo rural, conforme revelou um estudo desenvolvido por estudantes da Universidade Federal de Sergipe (UFS) em 2013. “Falta apenas iniciativa”, é o que constatou a pesquisa, cujo grande mérito foi levantar a existência de 13 propriedades rurais que, antes de tudo, têm muita história para contar. Parte dessas localidades é constituída de antigos engenhos e têm um importante papel na história sergipana. Hoje, o estado é vendido como destino de negócios e eventos, sol e praia e ecoturismo. Mas o turista vem e fica em média de 2 a 3 dias, e em Aracaju. No máximo visita as históricas Laranjeiras e São Cristóvão, e vai a Xingó. Potencial existe, portanto, e pode ser potencializado por meio de recursos próprios e do Prodetur, que passarão a ser operados com o intuito de expandir a cadeia de atividades do turismo como um todo;

- Construir redes de empreendedores solidários, não significa atuar em um campo fora do capitalismo e do mercado formal, mas, ao contrário, visa buscar dentro da realidade existente formas alternativas de um desenvolvimento econômico baseado em valores mais humanos, mais autônomo dos grupos que a praticam, em práticas sociais e ambientais sustentáveis.

Por isso, vamos:

- Condensar as potencialidades dos municípios na construção de uma agenda integrada ao longo dos eixos de desenvolvimento definidos no programa de governo, indicando as possibilidades dinâmicas de investimento, em parcerias responsáveis com o setor privado, em cada município e articulando-as com as ações do setor público, tanto no que se refere à infraestrutura econômica como aos investimentos sociais, na agenda de Inclusão social para diminuição da pobreza e eliminação da miséria;

- Estimular setores que se caracterizam por ser ao mesmo tempo competitivos e intensivos em mão-de-obra, a exemplo de telecomunicações, indústria cultural, turismo, construção civil, fruticultura irrigada e pesca;

- Intensificar as ações de fomento a cargo de agências como o BNDES e o Banco do Nordeste, visando à modernização da gestão e desenvolvimento do setor industrial e à reconversão de segmentos defasados, promovendo, em especial, a qualificação de profissional para o mundo do trabalho em ascensão, a exemplo das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC);

- Elevar a capacitação estadual em Ciência e Tecnologia e Inovação, mediante a articulação de investimentos públicos e privados e de apoio às atividades de pesquisa e desenvolvimento – P&D, dentro e fora das universidades (C, T & I);

- Incorporar de forma sistemática a dimensão ambiental nos objetivos estratégicos de Educação, Saúde, Cultura, Turismo, e nos demais projetos econômicos, em consonância com os compromissos da Agenda 21, buscando de maneira criteriosa e sustentável o melhor aproveitamento dos recursos naturais de cada município do estado;

- Elevar a escolaridade média do trabalhador sergipano, dando continuidade, em articulação com os governos da região e Federal, às ações voltadas para a melhoria da qualidade e do aproveitamento nas iniciativas de educação à distancia para o mundo do trabalho;
- Ampliar as oportunidades de acesso dos jovens ao ensino médio, elevando a qualidade da educação, de forma a inseri-los no Mercado de trabalho em melhores condições de competitividade;
- Aumentar a oferta de qualificação profissional, articulando com o governo Federal, recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, requalificando os trabalhadores nos próximos quatro anos do governo;
- Apoiar iniciativas do Terceiro Setor.

Um dos importantes desafios da economia sergipana é a ampliação do nível do desenvolvimento produtivo. Para isso propomos:

- Ampliar a oferta nas áreas da industriai com infraestrutura básica (água, energia, acesso viário, terraplanagem firmando parcerias com as prefeituras e a dotação orçamentária para aquisição e estruturação de novas áreas e das áreas já existentes – Distritos Industriais atuais;
 - Revisar a política de atração e ampliar a divulgação das oportunidades de investimento atualizando o marco regulatório e seus instrumentos da política de atração de investimentos, ampliando ainda a realização de ações voltadas para atração de investimentos nacionais e internacionais;
 - Ampliar diálogo da Agência Reguladora do Estado (AGRESE) com o setor privado, através de reuniões regulares e com pautas definidas em conjunto;
 - Estudar a possibilidade de redução da alíquota do ICMS sobre a tarifa de energia industrial, tornando as indústrias sergipanas mais competitivas;
 - Melhorar a infraestrutura da malha viária do estado facilitando o escoamento da produção;
 - Atuar junto ao governo federal para acelerar o processo de ampliação do aeroporto;
 - Incentivar a ampliação do acesso à banda larga e telefonia em todo o estado;
 - Atuar em parceria com o sistema “S”;
 - Preparar empresas para o comércio exterior realizando ações de estímulo ao aumento do nível de utilização dos incentivos fiscais para exportações, mapeando mercados internacionais de produtos potenciais de Sergipe, a partir da realização de estudos de prospecção de mercado para os setores prioritários da economia sergipana;
 - Aumentar a formalização da economia criando a política de incentivo à automação comercial e atualização tecnológica para MPEs, realizando campanhas de estímulo à formalização de empresas;
- Facilitar MPE’s a mercados realizando parcerias para capacitar os Pequenos Negócios para acesso aos portais de compras públicos e de empresas de médio e grande porte;

- Aprimorar a capacidade de gestão das MEP’s, realizando parcerias para a oferta de ações voltadas à melhoria da gestão nessas MEP’s (palestras, capacitações e consultorias);
- Ampliar o acesso das MEP’s ao crédito divulgando as linhas de crédito disponibilizadas;
- Construir parcerias para a realização de ações de preparação das empresas para captação de recursos.
- Incentivar a adoção de tecnologias limpas realizando parcerias para estimular o uso de linhas de financiamento para adoção nas empresas dessas tecnologias.



Um estado que busca os benefícios para o homem do campo desenvolvimento da reforma agrária, da agricultura familiar e do agronegócio.

Programa de Apoio ao Agronegócio

Sergipe necessita com urgência de uma Política Agrícola capaz de apoiar o produtor rural e estimular a comercialização dos produtos. Fortalecer o agronegócio é muito importante para a geração de emprego e renda para os sergipanos. Ações coordenadas pelo Governo são fundamentais para o desenvolvimento do setor. Porém, infelizmente, observa-se que em Sergipe prevalece a omissão, ou seja, a ausência de uma política agrícola que atenda às necessidades dos pequenos, médios e grandes produtores, gerando uma negativa e profunda crise no setor rural pela falta de gestão.

Por isso vamos:

- Criar e implementar Câmaras Setoriais - Câmaras Setoriais são foros de interlocução que darão subsídios para definir políticas públicas com a participação da sociedade. As câmaras têm o objetivo de apoiar e acompanhar as ações para o desenvolvimento das cadeias produtivas do agronegócio. Os membros das câmaras serão: representantes dos produtores, das indústrias, dos sindicatos de trabalhadores, dos agentes financeiros, das entidades de classe e do Governo;
- Reestruturar a EMDAGRO- Investir na extensão rural, valorizando os funcionários da EMDAGRO com seu corpo técnico, com o objetivo de promover uma maior assistência ao pequeno e médio produtor rural, através de difusão de tecnologias e incremento nas cadeias produtivas de cada produto do campo;
- Parcerias com instituições de pesquisa, a exemplo da EMBRAPA e do IPA (Instituto Agrônomo de Pernambuco) serão fundamentais para desenvolver culturas, aumentar produtividade, incorporar novas práticas e conquistar mercados para os produtores sergipanos;
- Fortalecer a COHIDRO- Os recursos hídricos são de suma importância para Sergipe, especialmente com as mudanças climáticas e a necessidade de preservação da água, como também seu aproveitamento racional. Valorizar os funcionários da COHIDRO e realizar os investimentos necessários para que a empresa possa cumprir sua missão e superar os desafios atuais para o desenvolvimento do

agronegócio sergipano. Estas ações fundamentais serão realizadas na nossa futura administração;

- Perfurar poços artesianos nas comunidades e criar novos perímetros irrigados são metas a serem alcançadas. Os novos perímetros irrigados serão viabilizados com o aproveitamento dos recursos hídricos disponíveis nos rios, como os existentes às margens do São Francisco e os projetados no Canal Xingó. Parcerias com o Governo Federal, Prefeituras e a iniciativa privada serão consolidadas para viabilizar os novos perímetros irrigados;
- Lutar pela concretização do Projeto do Canal Xingó - Esta será uma obra prioritária e de grande importância para a economia sergipana, que promoverá o desenvolvimento dos municípios beneficiados diretamente com as águas do Rio São Francisco, transportadas pelo canal. Na verdade, todos os sergipanos serão beneficiados com o desenvolvimento sócio econômico gerado pelo Canal Xingó.

Nossas ações nas regiões Sergipanas

Alto Sertão Sergipano

O Alto Sertão Sergipano é formado pelos municípios Canindé do São Francisco, Poço Redondo, Porto da Folha, Monte Alegre, Nossa Senhora da Glória, Gararu e Nossa Senhora de Lourdes. Esses municípios oferecem oportunidades de melhoria para o sertanejo a partir de iniciativas no ramo Agronegócio, com a tomada de iniciativas do governo do Estado algumas das quais apresentamos a seguir.

Em 2016/2017, constatou-se no Estado um período de estiagem comprometedor para as atividades agropecuárias. Observou-se, no entanto, que algumas árvores do bioma caatinga mantiveram-se resistindo ao período seco nessas terras do Sertão. Chegamos à conclusão que essas árvores devem ser propagadas pelos produtores em parceria com o Estado. Essas espécies adaptadas ao Sertão colaboram com a permanência dos pequenos riachos e córregos tão útil às nascentes e minadouros. E a reconstrução das matas ciliares.

Por isso vamos:

- Incentivar a fruticultura irrigada, para consumo interno e exportação
- Atrair empresas de beneficiamento de frutas a exemplo de vinícolas, fábricas de doces;
- Incentivar a criação de peixes em tanques-redes;
- Atrair empresas de beneficiamento do couro da tilápia para fabricação de utensílios e peças artesanais;
- Atrair empresas de exportação da carne de tilápias e outros peixes;
- Incentivar a produção leiteira tornando N. Sra. Da Glória “A capital Nordestina do Queijo”.

Médio Sertão Sergipano

Compreende os Municípios: Itabi, Graccho Cardoso, Aquidabã, Feira Nova, Cumbe e Nossa Senhora das Dores. Para essas regiões checamos como prioridades:

Por isso vamos:

- Recuperar barragens, assegurando o volume de recursos hídricos satisfatório para o período seco, destinado aos Rebanhos e utilização doméstica das famílias.;Estruturar e organizar mercado do mel, motivando os produtores a utilizar o associativismo para alcançar a melhor comercialização dos produtos oriundos da Abelha: mel, pólen, favos, etc.;

- Criar uma central de sêmen, operacionalização de inseminação artificial e regularização dos Laticínios, através de empresas especializadas, credenciadas pelo MAPA para a Bacia Leiteira que se acopla ao Alto Sertão;

- Estabelecer o calendário de vacinação e uso de medicamentos essenciais à saúde do rebanho da cadeia produtiva do leite que tem seguido segue constante monitoramento quanto às raças, a forragem, a ração e o melhor manejo sempre destinado ao agricultor de pequeno porte;

Estruturar a região com construção com grande matadouro para bovinos, suínos e caprinos dentro das normas nacionais, sanitárias e ambientais. Bem como nas outras macroregiões.

Agreste

Carira, Nossa Senhora Aparecida, São Miguel do Aleixo, Frei Paulo, Ribeirópolis, Moita Bonita, Pedra Mole, Macambira, Campo do Brito, São Domingos, Areia Branca, Malhador, Itabaiana;

Dessa região provém boa parte da produção tecnológica do milho, da produção da farinha de mandioca e derivados, embora a matéria-prima, não tem renovado as manivas em condições de manter maior produtividade na lavoura. A batata-doce, o mais recente tubérculo ofertado à mesa do sergipano, tem importante recomendação alimentar com características terapêuticas;

Onde destacamos também o crescimento da avicultura de forma rápida e ampla;

Itabaiana centraliza a maioria dos produtos hortícolas. Essas hortaliças também são produzidas pelos agricultores de Malhador, São Domingos, Areia Branca e Moita Bonita. Expandindo a agricultura familiar, trazendo renda para a região;

Em Campo do Brito destacamos a suinocultura com um berço genético promissor e utilização de uma cooperativa de suinocultores de reconhecida competência pela sociedade do Estado;

Nesta região do agreste, dispomos no município de Areia Branca de um manancial com volume de água recomendado para o estímulo à produção agrícola, com ênfase dos orgânicos;

Incentivar ainda mais agricultura familiar, e a produção dos frutos tropicais como: jaca, banana, melão, melancia, jenipapo e outras.

Região Centro Sul

Poço verde, Simão Dias, Lagarto, Tobias Barreto, Riachão do Dantas.

Para os municípios dessa região propomos:

- A propagação das forrageiras Leucena, Algaroba, Sabiá e Gliricídia;
- Horizontalizar a cadeia produtiva de suínos visando aproveitamento do Subprojeto do Leite e gramíneas direcionadas a essas atividades produtivas;
- Criar o zoneamento da agricultura Estadual;

Região Sul

Salgado, Boquim, Pedrinhas, Itabaianinha, Arauá, Estância, Tomar do Geru, Santa Luzia do Itanhy, Umbaúba, Cristinápolis, Indiaroba.

Para os municípios acima, apontamos como preocupação da sociedade produtiva no campo:

- Revitalizar a citricultura sem desconsiderar as culturas alternativas como acerola, goiaba, maracujá e abacaxi;
- Fomentar, nas áreas vocacionadas, a silvicultura;

Baixo São Francisco

Neópolis, Canhoba, Amparo do São Francisco, Telha, Cedro do São João, Propriá, Santana do São Francisco, Muribeca, Japoatã, Ilha das Flores, Brejo Grande e Pacatuba.

Por isso vamos:

- Modernizar a rizicultura, elevando o padrão tecnológico do cultivo do arroz, enfatizando o interesse dos produtores do Baixo São Francisco;
- Fomentar fruticultura irrigada no baixo Rio São Francisco;
- Mitigar os obstáculos que tem afetado as explorações da carcinicultura, ostreicultura e piscicultura;
- Organizar e estruturar as áreas ocupadas por produtores e assentados que estão explorando a terra sem legitimidade, impedindo inclusive a operação de credito/financiamento;
- Incentivar o turismo rural e o turismo de negocios agrícolas, explorando uma das mais belas regiões banhadas pelo Rio São Francisco.

Região Leste

Capela, siriri, Japaratuba, Carmópolis, Santa Rosa de Lima, Divina Pastora, Rosário do Catete, Gerard Maynard, Pirambu, Laranjeiras e Riachuelo.

A área Leste do Estado atrai os produtores na exploração da cultura canavieira, de Pesca artesanal, cocoicultura, sivilicultura. Sua área geográfica, privilegiadamente, dispõe de forte atrativo para o turismo nas áreas de Pacatuba (pelas praias e biomas preservados como Ponta dos Mangues), Santa Rosa de Lima e Divina Pastora também pela facilidade de acesso para os que chegam a Aracaju.

Política de Desenvolvimento Rural

As políticas destinadas a promover o desenvolvimento rural consistirão no apoio à agricultura e à pecuária comerciais – incluindo a melhoria do sistema de crédito para a produção e comercialização – e na definição de áreas prioritárias, em todos os Municípios do Estado, para projetos de desenvolvimento integrado e sustentável. Esses projetos levarão em conta as potencialidades locais e irão abranger não apenas o apoio à produção e à comercialização, mas também a formação de cadeias produtivas agroindustriais por micros e pequenos negócios. Além de crédito e assistência técnica, haverá: apoio à agricultura familiar e aos assentados; implantação de serviços de infraestrutura, como estradas vicinais, água, energia elétrica e telefonia rural; construção ou aquisição de moradia; educação básica, saúde e qualificação profissional, em uma agenda integrada de governo. Essas agendas integradas deverão criar outro tempo nos territórios rurais do Estado de Sergipe garantindo empregos e novas oportunidades de trabalho, seja nas atividades propriamente agrícolas, seja nas pequenas cidades. Vale mencionar que a participação do estado de Sergipe no mercado nacional e internacional de frutas e hortifrutigranjeiros são quase inexistentes, seja em comparação com os estados do Nordeste, seja levando em conta o volume da produção doméstica.

Vamos incentivar o êxodo urbano, trazendo também novas técnicas para o campo.



Um Estado que prioriza o uso adequado dos recursos naturais, garantindo às comunidades o abastecimento de água e seus tratamentos, assegurando assim, a melhoria da saúde preventiva de base. Um Estado que implementa e instala energias alternativas, renováveis e ecologicamente corretas, a bem do desenvolvimento econômico e social.

Sergipe deve se incluir, junto ao Nordeste e demais Estados do Brasil, na defesa de uma matriz energética essencialmente limpa e na transparência quanto aos dados de acompanhamento e fiscalização da cobertura florestal, apoiada na capacitação científica e tecnológica na área do monitoramento ambiental.

Para isso, vamos:

- Preservar a diversidade biológica dos mangues com a rede de navegação do rio Sergipe.;
- Garantir um bom suprimento de peixes e crustáceos, outros benefícios podem ser obtidos, entre os quais se destacam o lazer e o turismo;
- Elaborar o Plano Estadual de Saneamento Básico (PESB/SE) com base em soluções e alternativas consolidadas com a realidade de cada bacia e território;
- Ampliar o mapeamento de municípios, identificando os riscos geológicos e hidrológicos em âmbito municipal por meio de órgãos técnicos como o Instituto de Pesquisas Tecnológicas- IPT, e o Instituto Geológico- IG, para adoção de ações preventivas;
- Aparelhar os municípios com materiais que permitam os agentes de Defesa Civil se deslocarem às áreas atingidas e com equipamentos básicos para o atendimento das diversas ocorrências;
- Determinar aos órgãos da Administração pública responsáveis que ampliem programas habitacionais específicos para retirada das famílias de áreas de risco;
- Estimular a implantação do programa de voluntariado na Defesa Civil;
- Prevenir riscos de desastres de Defesa Civil, com o desenvolvimento de pesquisas, cursos e estudos sobre desastres;
- Estimular a redução de desastres pelos governos locais, por meio de monitoramento, acompanhamento e resposta rápida a eventuais desastres, capacidade de serviços essenciais como saúde e educação, normas para uso e ocupação de solo e a participação da comunidade nas medidas de prevenção de desastres, buscando tornar os municípios resilientes;
- Implantar a Política de Responsabilidade Socioambiental (Prsa), com instrumentos e sistemas avançados de monitoramento e controle, em parceria com o Governo Federal e municípios, e políticas de apoio ao desenvolvimento tecnológico voltado para o manejo adequado dos recursos florestais, hídricos, minerais, marítimos e pesqueiros;

- Descentralizar a gestão ambiental;
- Desenvolver estratégias para a preservação do meio ambiente;
- Promover o tratamento dos resíduos sólidos;
- Ampliar o sistema de esgotamento sanitário;
- Integrar as ações de governo e criar parcerias com as instituições de pesquisas do país para o desenvolvimento de tecnologias ambientais adequadas ao aproveitamento sustentável dos recursos naturais e à recuperação de áreas degradadas;
- Garantir um novo modelo de irrigação, tornando efetivos os princípios e os instrumentos, previstos na Política Nacional de Recursos Hídricos, integrando essas iniciativas com os projetos de agricultura familiar;
- Criar, em parceria com o Governo Federal, setor privado e as prefeituras municipais, um organismo capaz de articular e mobilizar, recursos humanos e meios para enfrentar com eficiência grandes desastres ambientais;
- Elaborar e implementar, em parceria com os municípios e o setor privado, especialmente a indústria, programas voltados para recuperar as áreas metropolitanas degradadas, mediante reflorestamento com espécies nativas e de uso econômico;



Um Estado que realiza obras públicas, a exemplo do crescimento e manutenção da malha viária e readequação do Porto de Sergipe, melhorando a condução das pessoas e o transporte de cargas, o que vai incrementar o a indústria e o comércio de bens e serviços além de viabilizar a abertura de mais uma porta ao turismo. Um Estado que busca reduzir o déficit habitacional, estabelecendo o direito constitucional da moradia para todos.

- Criar empregos e melhorar a competitividade empresarial passando pelo estabelecimento de uma estratégia com foco no desenvolvimento sustentável com estímulo às novas atividades e no apoio a segmentos produtivos críticos. O planejamento com excelência, a infraestrutura e a educação técnica especializada, são a base para esse desenvolvimento.

O estímulo às novas atividades ocasionará desdobramentos muito promissores nos médios e longos prazos em termos de adensamento de cadeias produtivas em áreas hoje desprovidas de empregos regulares, especialmente no alto sertão sergipano. Para atrair investimentos privados e promover a fixação e consolidação desses projetos, a contrapartida do Estado se dará na oferta de infraestrutura básica (já mencionada), sobretudo com a finalização da duplicação da BR 101, obra do Governo Federal, mas fundamental para a economia estadual.

Grande produtor de citros em sequeiro e com potencialidade de maior diversificação, localizado parte na Zona da Mata e parte no Agreste, atualmente Sergipe é o maior produtor de laranja do Nordeste. Já existem na região, principalmente em Estância, agroindústrias para o beneficiamento da fruta, com a exportação de suco concentrado e congelado. A área de pecuária é integrada às áreas de citros, com produtos destinados aos mercados interno e externo. A disponibilidade de recursos naturais funcionará como fator de atração de investimentos, favorecendo o estabelecimento das cadeias de produção e comercialização. A atuação sistêmica do agronegócio vai gerar maior adição de valor à produção local, permitindo incremento expressivo no nível de emprego e renda e contribuindo para o desenvolvimento sustentado da região.

Por isso, vamos:

- Aumentar sistematicamente a eficiência da infraestrutura, em todas as etapas e setores, essencial à competitividade da economia sergipana;
- Ampliar o alcance da eletrificação rural, especialmente nos municípios mais vulneráveis e nas áreas dos sistemas elétricos isolados;
- Aumentar significativamente a participação do gás natural na matriz energética, com o objetivo de que a produção desse energético deve chegar às famílias e comunidades que dele necessitem;

- Desenvolver amplo esforço de modernização institucional, junto ao Governo Federal e setor privado, para acompanhar as novas realidades nas áreas de rodovias, portos e hidrovias;
- Adotar medidas destinadas a aumentar a produtividade e a competitividade dos bens e serviços;
- Promover os investimentos em infraestrutura que permitam o acesso das empresas a insumos básicos, a exemplo de energia e comunicações, assim como transporte eficiente que garanta a competitividade dos bens produzidos;
- Promover investimentos em infraestrutura, complementares aos já realizados, que aumentem a competitividade dos pequenos agricultores e da agricultura de base familiar, adotando instrumentos para apoiar a produção e comercialização e integrar os municípios.

Rio Sergipe- Elemento estruturante de desenvolvimento



O sonho de tornar o Rio Sergipe novamente navegável é antigo. O Rio que banha a capital sergipana constitui importante via para o desenvolvimento econômico do Estado: abastecimento humano, irrigação de hortaliças e frutas, atividades pesqueiras artesanais, aquicultura, recreação náutica, turismo e transporte hidroviário ligando Aracaju aos municípios vizinhos. Não obstante, o acelerado crescimento urbano e o desenvolvimento industrial têm submetido a bacia à intensa poluição, resultante dos efluentes domésticos e industriais. O assoreamento na sua foz, cada vez crescente, tem impedido o uso do Rio Sergipe como via para escoamento de grandes cargas e transporte de passageiros. A foz está tão assoreada que nas marés baixas há pontos com apenas um metro de profundidade. A meta é fomentar o desenvolvimento da indústria da pesca e naval (aproveitando a nacionalização de plataformas e outros serviços de manutenção e reformas), principalmente na margem direita do Rio Sergipe. Desassoreado, o Rio Sergipe também poderia servir-se a construir um moderno e espaçoso terminal de passageiros em frente ao mercado municipal de Aracaju, ação que oportunizaria receber navios de turismo de grande porte que navegam pelo Nordeste, principalmente no verão.

Iremos buscar junto ao BID – Banco Interamericano do Desenvolvimento, recursos para o estudo de viabilidade técnica para o desassoreamento, torna-lo navegável, e com isso, um polo de desenvolvimento nas indústrias da pesca, naval e turística.

Um Estado que cuida da recepção aos visitantes e do seu patrimônio material e imaterial. Enfim, um Estado que considera e protege o seu maior ativo: O Cidadão!

Sergipe possui comprovado potencial para o turismo sustentável, ainda pouco explorado nos seus diversos segmentos: ecoturismo, turismo de aventura; sol, rios, lagoas e praias; náutico, rural, de negócios e eventos e cultural, entre outros. A história sergipana é rica; Sergipe possui destaques naturais grandiosos (serras, rios, o cânion de Xingó, a foz do São Francisco, a praia do Saco), uma culinária muito rica, sem falar do artesanato, do folclore e museus (um dos mais importantes, inclusive está fechado: o Museu de Arqueologia de Xingó – MAX). Deve ser prioridade estimular, estruturar e qualificar a economia do turismo, visando fortalecer seu potencial para geração de empregos locais; promover fonte de renda direta (e indireta) para conservação dos patrimônios naturais, culturais, históricos e arqueológicos; fomentar parcerias e ações para ampliação e promoção do ecoturismo, além de criar sérios mecanismos de proteção e combate à prostituição infantil.

Para tanto, temos como compromisso, adotar as diretrizes a seguir:

CULTURA

Nosso governo buscará dar visibilidade e respeito aos atores culturais sergipanos, pois acreditamos no potencial das nossas mais diversas produções artísticas e no empoderamento cultural do nosso povo.

Por isso, vamos:

- Efetivar o Sistema Estadual de Cultura, democratizando o Conselho, definindo um plano estadual e fortalecendo o Fundo Estadual de Cultura;
- Colocar em funcionamento o Fundo Estadual de Cultura dentro de uma política de investimento na produção descentralizada de arte independente, popular e tradicional, com a publicização dos critérios de avaliação dos projetos antes das etapas de análise e pontuação, entrevista e contratação;
- Proporcionar a realização de projetos turísticos culturais, festivais e concursos populares (de música, teatro, dança, bandas), privilegiando os artistas locais e valorizando a história de cada região;

- Criação na Fundação Aperipê Rádio e TV de Núcleo de Produção e gravação de material fonográfico e de áudio visual profissional. Este espaço cumprirá papel fundamental para que artistas sergipanos possam sem custo nenhum, produzirem áudios e clipes musicais, valorizando seu legado perante a indústria fonográfica nacional e internacional;
 - Formar parceria com canais de rádio, TV e WebTV da capital e interior sergipano para que as mesmas divulguem os materiais de nossos artistas independente dos estilos musicais que os mesmos produzam. Objetivando maior conhecimento do povo sergipano com seus artistas, trazendo reconhecimento e aquecendo a indústria cultural sergipana;
 - Participação de artistas sergipanos da música, teatro, cinema, dança dentre outras áreas e estilos em eventos nacionais e internacionais, para divulgação turística de nosso Estado;
 - Realizar em escolas públicas de todo o Estado, eventos de música, dança e teatro em parceria com a Fundação Aperipê TV. Objetivando a descoberta de novos talentos;
 - Criação de Pontos Culturais em parceria com as prefeituras dos 75 municípios sergipanos, visando aproximar nosso povo com seus mais diversos artistas, gerando emprego e renda nos diversos pontos de nosso estado. As prefeituras entrariam apenas com o palco, som, e iluminação e os demais custos como o cachê dos artistas e divulgação dos eventos seriam responsabilidade do governo estadual, por meio da Secretaria de Cultura;
 - Promoção do Festival Anual de Dança que ocorrerá em todos os teatros ativos do Estado (Atheneu, Tobias Barreto, Centro de Criatividades e Lourival Baptista);
- Incentivo aos artistas plásticos sergipanos para participarem nas diversas exposições nacionais e internacionais. Levando o nome de nosso Sergipe para todos os cantos mundo afora;
- Elaborar um programa de revitalização dos centros urbanos recuperando a função social de imóveis tradicionais que marcaram a história do estado como importantes referenciais culturais e hoje se encontram abandonados, desconfigurados ou subutilizados, dando prioridade às cidades do interior do estado, tendo os animadores culturais como protagonistas desse processo; Tais imóveis poderiam ser restaurados e transformados em Centros de Cultura e Memória Popular, vinculados às escolas estaduais de cada região, ressignificando a relação das escolas com as comunidades;
 - Criar oficinas, aulas e apresentações de dança, teatro, cinema, fotografia e artes plásticas nos Centros de Cultura e de Memória Popular;
 - Incorporar demandas de formação especializada em audiovisual, por meio dos programas de qualificação profissional em parceria com a Fundação Aperipê;
 - Disponibilizar espaço e recurso para a criação de um centro indígena vivo, que inclua moradias indígenas típicas, espaço para a realização da própria cultura, integrado à rede cultural do Estado, porém plenamente autogestionado pelos indígenas, tendo como objetivo preservar a cultura indígena viva (não apenas registrada), ser um ponto de referência de indígenas que venham à cidade, bem como um espaço de ensino da cultura e tecnologia dos povos originários.

Em Sergipe, vamos criar competitividade, incentivando as empresas a implementar alianças e outras formas de cooperação, para desenvolvimento sinérgico para o alcance das vantagens competitivas. Nesse sentido, as parcerias público-privadas são indispensáveis e desempenham um papel importante no desenvolvimento de qualquer área.

Em nosso governo propomos:

- Redução da alíquota do ICMS sobre o combustível aeronáutico.
- Cobramos 17% podendo chegar a 14% mediante algumas condicionantes. É mais alto que outros estados, a exemplo da Bahia e Alagoas que tem 12% de imposto, o que faz as companhias preferir outros destinos que tornem as rotas mais lucrativas, ou ainda, optarem por não abastecer aqui. A redução do preço de combustíveis tem impacto direto no estímulo à criação de novos voos. Um dos grandes responsáveis pelo encarecimento do preço para as viagens domésticas é a alíquota do ICMS que varia de 12% a 25%

Propomos:

- Fortalecimento do turismo de negócios
- Segundo estudos do Ministério do Turismo, o segundo maior fator de atração de visitantes estrangeiros para o Brasil é o de turismo de eventos. Cerca de 25,3% dos turistas que procuram o país o fazem motivados por negócios. O turismo de negócios e grandes eventos representa uma das formas mais promissoras para desenvolver o turismo local, A reforma do Centro de Convenções Sergipe vai possibilitar a captação de eventos, ajudando assim o desenvolvimento do turismo em Sergipe.
- Realizar pesquisas para embasamento os projetos turísticos;
- Planejar o turismo a curto, médio e longo prazo;
- Elaborar projetos de regionalização do turismo;
- Criar programa de sensibilização do empresariado sobre a importância na melhoria da prestação dos serviços;
- Proporcionar ao turista a possibilidade em experimentar os saberes e fazeres das comunidades;
- Adaptar o modelo de gestão do Turismo de Base Comunitária (TBC) para diferentes espaços ocupados por quilombolas, indígenas, catadoras, pescadores, marisqueiras...;
- Interpretar o patrimônio cultural de cada cidade e disponibilizar formas de acesso a esse patrimônio;
- Viabilizar a criação de novos roteiros;
- Restaurar e/ou criar instrumentos de acessibilidade nos equipamentos turísticos;
- Trabalhar em parceria com as cooperativas e associações;

- Elaborar de Plano de Capacitação e qualificação do Turismo por região, respeitando-se as características peculiares de cada uma;
- Celebrar convênios com órgãos e entidades formadoras de Recursos Humanos das atividades ligadas ao setor, como SEBRAE, SENAI, SENAC, SESC, IFS, PRODETUR e Universidades Públicas e Privadas;
- Resgatar e fortalecer as manifestações culturais pela capital e interior do estado;
- Realizar um inventário do patrimônio material e imaterial de todo o estado sergipano;
- Promover o encontro anual de cultura e arte, a ser realizado nas diversas regiões do Estado;
- Fomentar a atração de investidores e empreendedores de turismo, em cada região, visando melhoria e ampliação da infraestrutura turística regional;
- Elaborar catálogo regional de atrações para investidores e empreendedores;
- Criar banco de imagens turísticas por região;
- Elaborar mapa turístico por região com distribuição constante junto aos hotéis e operadoras de turismo dentro e fora do estado;
- Fomentar, motivar e implantar com envolvimento dos municípios, a participação da gastronomia de cada região no mapa turístico do estado com criação de um catálogo específico;
- Elaborar implantação de um plano de marketing e comunicação com calendário anual de eventos com ênfase nas manifestações culturais, religiosas, artesanato e gastronômicas;
- Elaborar um portal oficial do turismo sergipano;
- Elaborar plano de fortalecimento dos municípios com tradição no artesanato e sua inclusão no mapa turístico do estado;
- Criar fóruns ou conselhos municipais de turismo, fóruns regionais e estaduais;
- Criar campeonatos estaduais e nacionais de pesca, vela, e remo no lago de Xingó e ciclismo off road, visitação a cavernas no alto sertão do estado buscando colocar esses eventos no calendário esportivo nacional;
- Buscar dentro e fora do estado profissionais capacitados e potencialidades adaptáveis à nossa realidade;
- Elaborar plano de investimentos na melhoria da infraestrutura de nossas praias da região sum visando à captação de hotéis e pousadas.
- Conceber, com o apoio dos municípios, governo federal e da iniciativa privada, novos destinos e produtos turísticos para os mercados interno;
- Incentivar o associativismo no setor, para fortalecer a oferta de produtos turísticos segmentados, com ênfase nos mercados emergentes de ecoturismo, pesca amadora, terceira idade, turismo social, rural, náutico;
- Estabelecer parceria com o Governo Federal e a Organização Mundial de Turismo – OMT para capacitar os professores do Ensino Médio e das faculdades de turismo e hotelaria;

- Estimular a adoção de critérios rigorosos de auto-regulamentação e controle de serviços turísticos pelas entidades do setor do comércio, transporte, hotelaria pelos consumidores.
- Concluir a reformar o Centro de Convenções de Sergipe;
- Efetivar a execução do programa de sinalização viária indicativa e turística e promover a implantação do Sistema de Informações Turísticas do Estado de Sergipe (Capital e Interior);
- Explorar as potencialidades dos rios Sergipe, Poxim e Vaza Barris para os esportes náuticos;
- Concluir a Trilha do Cangaço e readequar a Rota do Sertão (sinalização e pontos de apoio);
- Buscar junto ao Governo Federal a ampliação da pista e construir um novo terminal de passageiros do Aeroporto de Aracaju;
- Buscar parcerias com o objetivo de realizar a reforma da Orla de Atalaia, um dos mais belos pontos de atração turística;
- Promover adequações turísticas e ambientais da rota natural e paisagística do Litoral Norte;
- Apoiar as iniciativas culturais das populações das periferias e bairros populares, estimulando suas associações e atividades culturais e recreativas, e intensificando o uso dos equipamentos públicos.



wikipedia. S. Cristóvão, Sergipe

O Esporte e Lazer têm importância fundamental na qualidade de vida da comunidade contemplando amplamente todas as suas camadas – desde a criança ao idoso.

O Esporte é um importante caminho que oportuniza melhoria comportamental e lazer aos nossos jovens, especialmente nas regiões menos assistidas pelo poder público. A prática esportiva será incentivada nas escolas através da educação física como disciplina e na sublimação do lazer saudável. O esporte, assim como cultura e arte, também é uma atividade com potencial para inclusão social e geração de renda com oportunidade condicionar uma vida saudável.

Por isso, vamos:

Reformar, criar e equipar espaços esportivos e de lazer como quadras poliesportivas, campos de futebol, campos de futebol de “várzea”, pistas de ciclismo, pistas de atletismo, na capital e nos municípios, com ferramentas adequadas para a prática do Esporte e Lazer;

Incentivar e apoiar o esporte amador e profissional em todos os níveis e modalidades, em Aracaju e em todos os municípios do estado, bem como os jogos Estudantis em parceria com a SEED e setor privado;

- Capacitar profissionais para condução da prática do Esporte e Lazer;
- Apoiar e incentivar os atletas individuais do Estado em todas as modalidades,
- Promover em parceria público privada eventos esportivos e de lazer.

Promover o desenvolvimento sustentável do Estado de Sergipe, harmonizando seus pilares econômicos, sociais e ambientais e garantindo o bem-estar das futuras gerações elevando o nível de participação do estado no contexto da intensificação do papel regional e global do Brasil;

Contribuir para a governança democrática e o desenvolvimento de parceiros nacionais e internacionais.

Por isso vamos:

- Incentivar relações das empresas do Estado com a APEX;
- Atrair investimentos estrangeiros estratégicos para o Estado de Sergipe, de forma a fomentar a criação de emprego e o aumento de renda;
- Atuar junto ao Ministério das Relações Exteriores, na formulação e implementação de políticas e programas de estímulo à exportação de bens e serviços valor agregado pelas empresas privadas estabelecidas no Estado;
- Assegurar a captação de empréstimos e financiamentos externos, com autorização das instâncias federais, para atender à realização de projetos de interesse do Estado;
- Adotar programas de intercâmbio e cooperação nas áreas econômica, científica, tecnológica, cultural e comercial, entre as secretarias estaduais e atores internacionais, como Estados soberanos, entidades subnacionais, organizações internacionais, Organizações Não Governamentais (ONGs), empresas multinacionais, entre outros;
- Promover o Estado de Sergipe como destino turístico e centro de cultura potencial destino para empreendedores;
- Qualificar os cidadãos sergipanos para a inserção nos mercados globais, especialmente fomentando a inovação, o empreendedorismo, o ensino de idiomas, a formação técnico-científica e a inclusão social;
- Apoiar medidas específicas que contribuam para a redução dos custos da produção, a simplificação tributária e a desburocratização, visando o desenvolvimento de um ambiente de negócios internacionais, dinâmicos e competitivos (Secretaria da Fazenda e Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia);
- Estimular o investimento de empresas estrangeiras em centros de pesquisa, desenvolvimento e inovação, de caráter público ou privado, localizados no Estado de Sergipe (Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia);



GOVERNADOR
EDUARDO
VICE IVAN LEITE